



## OS (DES)CAMINHOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA LEEI NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

**Claucí Corradi ZanESCO**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim

**Marilane Maria Wolff Paim**

Professora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim  
marilane.paim@uffs.edu.br

### 1. Introdução

O presente estudo apresenta um recorte do capítulo de análise documental do projeto de dissertação que aborda a formação de professores para as práticas de leitura e escrita na Educação Infantil (EI), denominada LEEI. Esta etapa da educação básica, vem ganhando espaço nos debates, considerando o crescente atendimento de crianças, de modo especial, a partir dos anos 2.000. Desse fato, emerge a necessidade de significativas mudanças também nas concepções que fundamentam a EI no Brasil (Nunes *et. al.*, 2015).

Nesse contexto, diversas políticas públicas se consolidaram para dar suporte a EI. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 ao definir a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, cujo atendimento abrange crianças de 0 a 5 anos, sendo a creche destinada às de 0 a três anos e a pré-escola às de quatro e cinco anos, engendra e fortalece um movimento de debate conceitual que culmina na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), no ano de 2009.

Mediante a concepção de criança como sujeito histórico e social, definida pela DCNEI (Brasil, 2010), o MEC, num acordo de cooperação técnica com Universidades Públicas, desenvolve uma proposta formativa voltada para a LEEI. Entre os objetivos propostos estava a formação do leitor a partir das especificidades da EI e inserção de crianças menores de seis anos na cultura escrita (Nunes *et. al.*, 2015).

A proposta LEEI, elaborada entre 2013 e 2016, passou por um processo de fragmentação e desmantelamento, conforme apontam Castro, Lopes e Nogueira (2025), podendo ser analisada em três etapas interligadas. A primeira refere-se à elaboração



inicial da proposta formativa; a segunda corresponde ao momento em que ela é incorporada ao Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); e a terceira etapa marca sua vinculação ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

## 2. Metodologia

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com ênfase na análise documental. Estabeleceu-se um corpus de pesquisa composto por documentos que contemplam a legislação, articulada a um diálogo de teóricos como Nunes *et. al.* (2015) e Baptista (2017), autoras da proposta, com o objetivo de analisar os (des)caminhos na implementação da proposta formativa LEEI no Brasil. A seleção dos documentos considerou critérios de credibilidade e autenticidade, assegurando a consistência das fontes e a validade das interpretações propostas (Cellard, 2008).

## 3. Resultados e discussão

Diante do contexto apresentado na introdução desse estudo, pesquisadores e gestores da EI, afirmavam a necessidade de construção de uma proposta pedagógica voltada a formação de professores para o desenvolvimento e melhorias das práticas de leitura e escrita para crianças menores de seis anos (Nunes, *et. al.*, 2015). Dessa forma, em 2013, acontece o fortalecimento de estudo por parte de pesquisadores e gestores ligados à Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Esse movimento, que na sua base constitutiva, dialogou com outros documentos produzidos anteriormente como o Mapeamento e análise das propostas pedagógicas municipais para a Educação Infantil no Brasil, num acordo de cooperação técnica MEC/UFRGS e a DCNEI, ambos produzidos no ano de 2009. O objetivo da proposta formativa “suscitava a ampliação do debate e um aprofundamento teórico acerca da Educação Infantil em relação à oralidade e à leitura e escrita” (Castro; Lopes; Nogueira, 2025, p.7).

A partir de pesquisas e estudos produzidos, foi elaborado um documento orientador da proposta formativa para professores em LEEI, por pesquisadores das Universidades Públicas participantes do acordo técnico com o MEC/COEDI. Ao final



de 2016, como fruto deste processo de discussão que foi coordenado por teóricos como Mônica Baptista, Maria Fernanda Rezende Nunes, Patrícia Corsino, Vanessa Neves, Rita Coelho, entre outros, foi publicada a Coleção LEEI.

No entanto, em 2017, após a ruptura na política nacional desencadeada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no ano anterior, a proposta original de formação de professores sofreu um processo de desestruturação (Castro; Lopes; Nogueira, 2025). Fato agravado em decorrência da crise econômica nacional, e pela implementação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que impôs limites aos investimentos públicos em Educação.

Nesse cenário, a formação LEEI, ao ser desmantelada pelo governo Temer, passa a ser vinculada PNAIC, numa proposta incompatível com as concepções previstas inicialmente. De acordo com o documento orientador do PNAIC, a formação tinha como objetivo desenvolver “a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, bem como a inclusão da Educação Infantil garantindo as perspectivas e as especificidades do trabalho de leitura e escrita com as crianças (Brasil, 2017, p. 5).

Para Baptista (2017) as divergências consistem desde as diretrizes conceituais, cuja proposta de 2016, objetivava a inserção das crianças na cultura escrita por meio de práticas sociais, vivenciadas por meio de brincadeiras e interações, enquanto o PNAIC, visava a constituição de um trabalho de leitura e escrita com foco no desenvolvimento das habilidades necessárias para o Ensino fundamental. Da mesma forma, a estrutura de carga horária da proposta formativa foi reduzida, bem como a utilização do material, que foi disponibilizada somente de forma digital, numa perspectiva autoinstrucional.

Nesse formato, a proposta se desenvolveu por meio do PNAIC nos anos de 2017 e 2018 e, a partir de então, por meio de parcerias entre alguns municípios e a Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Castro, Lopes e Nogueira (2025), a falta de uma coordenação nacional para o programa e de recursos para o financiamento das ações foi determinante para a fragmentação da política pública formativa no país.

Em 2023 foi publicado o Decreto nº 11.556, de 12 de junho, que instituiu o CNCA. Essa política, que tem como um dos eixos a formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas, estabelece as diretrizes para os processos



de alfabetização, incluindo a EI. No documento de orientação enfatiza-se a necessidade de respeitar e valorizar as especificidades de cada etapa da Educação Básica afirmando ser “fundamental afastar qualquer concepção distorcida que pretenda orientar o trabalho pedagógico na Educação Infantil a partir da antecipação de supostas práticas de alfabetização indicadas para o Ensino Fundamental (Brasil, 2023, p. 17).

Nesse sentido, o CNCA (re)estrutura a proposta formativa LEEI, em articulação com os entes federados, tendo como base teórico-metodológica, a coleção LEEI, produzida em 2016 e alicerçada com novos estudos apresentados nos Cadernos Formativos de 2024, a DCNEI e a Base Nacional Comum Curricular da EI. De acordo com Coelho (2023), a formação se propõe como um espaço de debate que amplie e aprofunde a concepção e o papel da EI na constituição da criança como sujeito de linguagem.

Numa perspectiva de minimizar os impactos produzidos pela fragmentação da proposta formativa, o CNCA busca romper com o paradigma de uma formação como treinamento, onde se pressupõe que o professor possa substituir práticas consideradas inadequadas para reproduzir modelos considerados ideais (Brasil, 2023). Como referido no documento orientador, o LEEI passa a ser um programa de desenvolvimento profissional e para tal, visa a construção da consciência docente acerca de sua identidade e de seu fazer pedagógico, por meio da reflexão crítica, da articulação entre teoria e prática e do debate democrático.

#### **4. Considerações finais**

As análises realizadas evidenciam que a proposta formativa LEEI enfrentou, após um movimento coletivo e democrático de elaboração, um processo de fragmentação marcado por rupturas governamentais e descontinuidades políticas. A vinculação da proposta ao PNAIC numa alteração da proposta inicial, atrelada a ausência de coordenação e financiamento nacional, comprometeu os objetivos originais no que tange a possibilidade real de ressignificação das práticas pedagógicas de LEEI.

Com a criação do CNCA, em 2023, observa-se um esforço de reestruturação da proposta LEEI. A valorização da docência como prática reflexiva, a defesa do respeito às singularidades da EI, e a retomada do LEEI como programa de desenvolvimento profissional demonstram uma possibilidade de superação da lógica de formação





prescritiva. Nesse movimento, destaca-se a importância de as políticas públicas de alfabetização garantirem o amplo espaço de debate e de construção da identidade da EI, comprometida com a infância e com a linguagem como construção social e cultural.

### Referências

BAPTISTA, Mônica Correia. **Ceale Debate: Leitura e Escrita na Educação Infantil.** vídeo (131min 21s). Publicado pelo canal Ceale -FaE/UFMG, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=jMBCUVHfvDo>. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf) Acesso em: 10 abri. 2025.

BRASIL. **PNAIC: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: documento orientador.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2017b. Disponível em: [https://undime.org.br/uploads/documentos/phpjPn5Es\\_5976353f8a4f9.pdf](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpjPn5Es_5976353f8a4f9.pdf) Acesso em: 10 fev 2025.

BRASIL. **Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC /SEB, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada> Acesso em: 10 fev 2025.

CASTRO, Estela Souza de; LOPES, Julia da Fonseca; NOGUEIRA, Gabriela. Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI (2013-2023): uma análise em três tempos. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1–23, 2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/view/74047>. Acesso em: 24 abri. 2025.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

COELHO, Rita. **Videoconferência Educação Infantil:** atualizações das políticas e dos programas do MEC. vídeo (80min 31s).Publicado canal Conviva Educação 11 jul. 2023. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=ITYS4NNjtM>. Acesso em: 29 jan. 2025.

NUNES, Maria. Fernanda Rezende; *et al.* **Curso de Formação Continuada sobre Leitura e Escrita na Educação Infantil:** orientações para a elaboração de material didático de cursos de formação de professores da Educação Infantil sobre leitura e escrita. Secretaria de Educação Básica/MEC. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/arquivos/outros/Orientacao-escrita-parecer-especialistas.pdf> Acesso em: 03 mar. 2025.